



Sociedade Filarmónica
Gualdim Pais
TOMAR

Fundada em 28 de Março de 1877

RELATÓRIO E CONTAS

ANO
2017

TOMAR, 20 de Março de 2018

Relatório de Gestão e Contas – 2017

Ex. mos Sócios

Dando cumprimento ao disposto na alínea i), § 7º, artigo 20º dos estatutos da Instituição, a direção da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais apresenta para debate e votação o Relatório e Contas referentes ao ano 2017.

Da análise dos Mapas de Balanço e Demonstração de Resultados da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais podemos realçar:

- Na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis é de realçar que as aquisições efetuadas ao longo do ano foram:
 - Calculadora
 - Programa de referência multibanco
 - Instrumento musical
- Verificou-se uma diminuição na rubrica dos inventários, a qual decorre do maior controlo existentes nos stocks existentes, procurando encomendar só o que é viável de venda imediata ou quase imediata, aproveitando sempre as promoções e descontos.
- É de realçar a diminuição na rúbrica de Outras Contas a Receber, a qual se deveu essencialmente à regularização da dívida do POPH e ao Programa de Apoio ao Associativismo por parte da Câmara Municipal de Tomar.
- Neste exercício verificou-se uma diminuição relativamente aos financiamentos obtidos, tanto nos financiamentos não correntes como nos financiamentos correntes, demonstrando assim a forte intenção da direção em não aumentar o endividamento da Instituição perante o exterior. Em relação aos financiamentos obtidos não correntes estes são constituídos por 2 empréstimos constituídos para a construção da creche e jardim-de-infância e de um empréstimo cujo objetivo era de reestruturar a dívida a curto prazo.
- Em relação à rubrica de fornecedores a diminuição verificada deve-se basicamente, à regularização do valor de 43.660,11 € da dívida referente à utilização das piscinas.
- Relativamente às dívidas ao Estado e outros entes públicos houve um acréscimo, pois a direção optou por liquidar os vencimentos aos funcionários. É de lembrar que mantemos ainda uma dívida antiga referente ao acordo existente com a Segurança Social. Esta dívida esta a ser paga mensalmente de acordo com Guias emitidas por essa Instituição no final década mês, cerca de 650,00 €.

- Na rubrica Outras contas a pagar cerca de 90 % é referente às dívidas ao pessoal, que em 31 de Dezembro de 2017, alguns dos funcionários, tinham em dívida o subsídio de Natal de 2012, metade do subsídio de férias e de natal de 2013, metade do subsídio de férias e de natal de 2014, metade do subsídio de natal de 2016 e metade do subsídio de férias e natal de 2017.
- Pela análise da demonstração de resultados verifica-se um aumento na rubrica das vendas e serviços prestados e um aumento na rubrica de subsídios à exploração, o que demonstra bem que as entidades exteriores reconhecem os nossos bons serviços prestados.
- De realçar o decréscimo na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, o que vem demonstrar mais uma vez mais o esforço da direção em controlar não só os stocks mas procurando cada vez mais os melhores fornecedores/preços.
- Nas rubrica dos fornecimentos e serviços externos assistiu-se a um decréscimo, consequência mais uma vez do grande empenho em procurar novas soluções mais baratas, com novos fornecedores mais económicos.
- A rubrica de outros rendimentos e ganhos refere-se basicamente à imputação de subsídios para investimentos e à imputação dos serviços internos entre as diversas valências.
- Apesar do aumento verificado nos juros e gastos financeiros a dívida da Instituição perante os bancos é menor e conseqüentemente verifica-se uma diminuição dos juros. Este aumento deveu-se à conversão da conta junto ao Novo Banco.
- Face ao descrito anteriormente e após o seu apuramento verifica-se que o resultado líquido de 2017 é positivo de 26.624,60 €, sendo o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos de 77.736,53 € positivos.

4. Resultados do Exercício

O Resultado do Exercício em análise teve um saldo positivo de 26.624,60 €. A direção da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais propõe que este resultado seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

5. Factos relevantes ocorridos após termo do Exercício

A direção informa que posteriormente ao termo do exercício em análise se verificaram factos que alteraram a situação dada a conhecer através das Demonstrações Financeiras.

De facto, à presente data não existem dívidas à Autoridade Tributária.

6. Perspetivas para 2018

As perspetivas para 2018 foram enunciadas no Plano e Orçamento para 2018 aprovado em devido tempo em Assembleia Geral da Instituição. Os meses que entretanto decorreram mostram que as dificuldades apontadas nesses documentos se vão manter ou mesmo agravar por via das dificuldades inerentes e das medidas restritivas ao apoio às escolas de música e dança por parte dos ministérios e por parte do poder local no apoio ao associativismo.


Apesar desta situação pensamos que o Plano de Atividades aprovado poderá no essencial ser executado.

7. Agradecimentos

A direção da Instituição agradece toda a colaboração que ao longo de 2017 recebeu quer de muitos sócios, quer de funcionários, quer de fornecedores, quer de instituições públicas e privadas.

Tomar, 20 de Março de 2018

A Direção

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Alexandre", followed by a stylized flourish or arrow-like stroke pointing to the right.

Sociedade Filarmónica Gualdim Pais
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

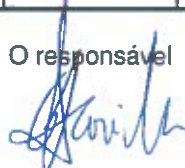
Contribuinte: 501136380

Moeda: (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	D A T A S	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Investimentos financeiros		169,37	
Activos fixos tangíveis	5	859.733,88	891.449,30
		859.903,25	891.449,30
Activo corrente			
Inventários	6	6.075,64	9.125,18
Clientes		27.548,52	2.369,08
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber	7	11.119,88	218.337,67
Diferimentos		510,00	510,00
Caixa e depósitos bancários	4	34.988,55	7.742,18
		80.242,59	238.084,11
Total do activo		940.145,84	1.129.533,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	230.426,05	230.426,05
Reservas	8	42.417,57	42.417,57
Resultados transitados	8	-490.058,04	-347.481,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	475.512,97	483.107,54
		258.298,55	408.469,17
Resultado líquido do período		26.624,60	13.916,75
Total do fundo de capital		284.923,15	422.385,92
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	174.386,55	229.758,66
		174.386,55	229.758,66
Passivo corrente			
Fornecedores		31.491,64	76.969,34
Estado e outros entes públicos	10	48.404,03	43.428,32
Financiamentos obtidos	9	111.000,00	121.150,00
Outras contas a pagar	7	289.940,47	235.841,17
		480.836,14	477.388,83
Total do passivo		655.222,69	707.147,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		940.145,84	1.129.533,41

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

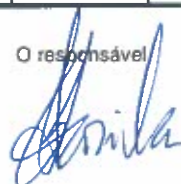
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	923.586,67	895.260,52
Subsídio à exploração	14	301.499,24	245.467,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-41.169,84	-53.167,38
Fornecimentos e serviços externos	11	-273.765,74	-287.743,51
Gastos com o pessoal	12	-894.057,06	-740.700,19
Outros rendimentos e ganhos	15	62.412,57	28.097,19
Outros gastos e perdas	16	-769,31	-23.892,12
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		77.736,53	63.322,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-33.270,52	-33.406,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44.466,01	29.915,19
Juros e rendimentos similares obtidos			0,07
Juros e gastos similares suportados	17	-17.841,41	-15.998,51
Resultados antes de impostos		26.624,60	13.916,75
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultados líquido do período		26.624,60	13.916,75

A Direcção,



O responsável,



ANEXO

31 de Dezembro de 2017

1. Identificação da Instituição

1.1 – Designação da Instituição

Designação da Instituição: Sociedade Filarmónica Gualdim Pais

Sede social: Rua Manoel Mattos

2300-508 Tomar

NIF: 501 136 380

1.2 – Natureza da atividade

A Instituição tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comum às instituições particulares de solidariedade social.

A Sociedade Filarmónica Gualdim Pais tem como objetivos principais:

- a) O apoio a crianças e jovens
- b) O apoio à família
- c) A educação e formação profissional dos cidadãos
- d) O apoio à integração social e comunitário dos cidadãos

A Instituição prosseguirá ainda, embora de forma secundária, os seguintes objetivos:

- a) Organizar os tempos livres dos sócios
- b) Fomentar atividades de âmbito cultural
- c) Fomentar atividades de âmbito desportivo

Para a concretização dos seus objetivos principais, a Instituição, em devido tempo:

- a) Criou e mantém um Centro de Atividades de Tempos Livres para crianças e jovens
- b) Criou e mantém uma Creche e um Jardim de Infância
- c) Promoverá ações de formação

Para a concretização dos seus objetivos secundários, a Instituição, em devido tempo:

- a) Criou e mantém uma Banda de Música
- b) Criou e mantém uma Escola de Música
- c) Criou e mantém uma Escola de Dança
- d) Possibilita a prática de atividades de âmbito cultural
- e) Possibilita a prática de atividade de âmbito desportivo

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeira para as Entidades do Sector Não Lucrativo

(NCRF-ESNL), de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

Sempre que o SNC-ESNL não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2 Pressuposto de continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.3 Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimos, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

2.4 Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.5 Comparabilidade

Tendo em consideração a entrada em vigor do Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (RNC-ESNL) e consequente revogação do Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade social (PCIPSS) foram efectuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.

2.6 Derrogação das disposições do NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Instituição são as que abaixo descrevemos. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas a todos os exercícios, salvo indicação em contrário.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação. Foram ainda preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Informação comparável.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes (linha reta), em conformidade com o período de vida útil estimado por cada grupo de bens, situando-se dentro dos limites fiscalmente aceites.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

3.4 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de "clientes" e "outros devedores", não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários.

3.6 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

3.7 R dito

O rédito   mensurado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber. O rédito a reconhecer   deduzido do montante estimado de devolu es, descontos e outros abatimentos.

3.8 Principais pressupostos relativos ao futuro

As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das opera es baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer altera o, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não   expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.9 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstra es financeiras da Institui o são continuamente avaliadas, representando   data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

4. Fluxos de Caixa

A demonstra o dos fluxos de caixa   preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

4.1 Comentário sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 Desagrega o dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Caixa e depósitos bancários	2017	2016
Caixa	389,34 �	341,05 �
Depósitos � Ordem	33.849,21 �	7.401,13 �
Outros depósitos bancários	750,00 �	
TOTAL	34.988,55 �	7.742,18 �

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 As demonstrações financeiras devem divulgar

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

b) Os métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculados numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Básico	4 a 6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período

Activos fixos tangíveis	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia bruta	Depreciações acumuladas
Terrenos e recursos naturais	146.230,00		146.230,00	
Edifícios e outras construções	1.356.888,40	615.090,23	1.356.888,40	647.132,81
Equipamento básico	394.236,86	391.969,48	394.721,86	392.563,59
Equipamento de transporte	86.790,79	86.790,79	86.790,79	86.790,79
Equipamento administrativo	39.721,68	38.567,93	40.791,78	39.201,76
Outros activos fixos tangíveis	9.975,95	9.975,95	9.975,95	9.975,95
TOTAL	2.033.843,68	1.142.394,38	2.035.398,78	1.175.664,90

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações

	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros activos tangíveis	TOTAL
Activo Bruto							
Saldo em 31 Dezembro 2016	146.230,00	1.356.888,40	394.236,86	86.790,79	39.721,68	9.975,95	2.033.843,68
Aquisições			485,00		1.070,10		1.555,10
Revalorizações							
Alienações							
Saldo em 31 Dezembro 2017	146.230,00	1.356.888,40	394.721,86	86.790,79	40.791,78	9.975,95	2.035.398,78
Depreciações e perdas imparidade acumuladas							
Saldo em 31 Dezembro 2016		615.090,23	391.969,48	86.790,79	38.567,93	9.975,95	1.142.394,38
Depreciações do período		32.042,58	594,11		633,83		33.270,52
Alienações							
Saldo em 31 Dezembro 2017		647.132,81	392.563,59	86.790,79	39.201,76	9.975,95	1.175.664,90
Valor líquido	146.230,00	709.755,59	2.158,27	0,00	1.590,02	0,00	859.733,88

Aquisições:

- Calculadora
- Programa Referências
- Instrumento musical

6. Inventários

Uma Instituição deve divulgar:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	7.640,56 €	1.484,62 €
Compras	376,81 €	37.743,49 €
Autoconsumos		
Regularização de existências		
Existências finais	4.340,24 €	1.735,40 €
Custo do Exercício	3.677,13 €	37.492,71 €

7. Contas a Receber e Contas a Pagar

Uma Instituição deve divulgar:

7.1 Outras contas a receber

Direção Geral das Artes – 125,99 €
Direção Geral dos Impostos (Consignação 0,5% IRS) – 5.679,51 €
Câmara Municipal de tomar – 800,00 €
Massagista – 2.926,94 €
Federações/Associações/Deslocações – 1.587,44 €

SALDO – 11.119,88 €

7.2 Outras contas a pagar

Pessoal – 260.827,86 €
Fornecedores de investimentos – 23.325,75 €
Despesas Gerais Diferidas – 2.975,70 €
Federações/Associações – 1.900,72 €
Quotizações – 880,44 €
Associados – 30,00 €

SALDO – 289.940,47 €

8. Fundos Patrimoniais

Uma Instituição deve divulgar:

Contas (Ano 2017)	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 – Fundos	230.426,05			230.426,05
55 – Reservas	42.417,57			42.417,57
56 – Resultados Transitados	-347.481,99	13.916,75	156.492,80	-490.058,04
59 – Outras Variações nos fundos patrimoniais	483.107,54		7.594,57	475.512,97
81 – Resultado Líquido	13.916,75	26.624,60	13.916,75	26.624,60
	276.155,92	40.541,35	178.004,12	284.923,15

Contas (Ano 2016)	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 – Fundos	230.426,05			230.426,05
55 – Reservas	42.417,57			42.417,57
56 – Resultados Transitados	-338.795,59	-8.686,40		-347.481,99
59 – Outras Variações nos fundos patrimoniais	344.472,11		7.594,57	336.877,54
81 – Resultado Líquido	-8.686,40	13.916,75	-8.686,40	13.916,75
	269.833,74	5.230,35	-1.091,83	276.155,92

9. Financiamentos obtidos

Uma Instituição deve divulgar:

Financiamentos Obtidos	2017	2016
Passivo Corrente	111.000,00	121.150,00
C. Caucionada BPN	45.000,00	45.000,00
Livranças	0,00	0,00
Conta Corrente NB	44.000,00	47.250,00
Outros financiadores	22.000,00	28.900,00
Passivos não Correntes	174.386,55	229.758,66
Montepio Geral	48.444,98	77.640,28
Montepio 2	10.777,18	16.661,29
Reestruturação Dívida	115.164,39	135.457,09
TOTAL	285.386,55	350.908,66

10. Estado e Outros entes públicos

Uma Instituição deve divulgar:

Retenções de Impostos sobre Rendimentos – 12.621,12 €

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – 660,80 €

Segurança Social – 31.398,73 €

Caixa Geral de Aposentações – 3.688,85 €

Fundos de Compensação – 34,53 €

SALDO – 48.404,03 €

11. Fornecimentos e Serviços Externos

Uma Instituição deve divulgar:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2017	2016
Subcontratos	28.414,40	27.291,60
Exploração de Refeitórios	28.414,40	27.291,60
Serviços especializados	66.840,00	138.962,97
Trabalhos especializados	5.540,70	5.677,65
Tomartrónica	467,40	
Dominio e alojamento site	55,35	
Extintores	233,70	298,28
Elevador	2.086,34	2.133,52
Controlo de Pragas	61,50	
GRENKE	1.970,48	1.869,48
CMT	141,97	
Megalentejo	523,96	1.376,37
Publicidade e propaganda	270,61	307,50

Vigilância e segurança	1.082,62	
Honorários	53.331,52	119.588,98
Docentes	1.950,00	1.816,00
Técnicos de Desporto	34.576,32	110.031,86
Outros	16.805,20	7.741,12
Conservação e Reparação	6.614,55	13.388,84
Materiais	12.340,29	6.699,88
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	822,52	883,54
Livro e documentação técnica	40,00	
Material de escritório	3.790,22	3.976,93
Artigos para Oferta	808,47	585,23
Material Didático	6.879,08	1.254,18
Energia e fluidos	36.798,15	35.188,38
Electricidade	18.687,04	17.997,91
Combustíveis	9.989,05	10.590,86
Água	6.942,79	5.740,90
Outros	1.179,27	858,71
Deslocações, estadas e transportes	5.279,68	4.422,87
Pessoal	4.121,04	3.867,61
Utente	1.158,64	270,26
Serviços diversos	89.408,72	70.335,97
Rendas e alugueres	52.253,43	53.058,50
Comunicação	4.320,04	4.971,27
Seguros	3.195,11	3.844,61
Contencioso e notariado	77,39	659,18
Limpeza, higiene e conforto	5.446,57	5.531,88
Outros serviços	23.520,64	2.153,53
Rouparia	595,54	117,00
Encargos com os Utentes	2.576,99	4.841,84
Autoconsumos	32.107,51	
TOTAL	273.765,74	287.743,51

12. Gastos com o Pessoal

Uma Instituição deve divulgar:

GASTOS COM O PESSOAL	2017	2016
Remunerações do Pessoal	725.334,32	659.052,79
Encargos sobre remunerações	161.550,28	75.886,56
Seguros acid. no trabalho e doenças prof.	6.154,82	4.416,58
Outros gastos com o pessoal	1.017,64	1.344,26
TOTAL	894.057,06	740.700,19

13. Vendas e Serviços Prestados

Uma Instituição deve divulgar:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	2017	2016
Vendas	654,62	7.034,45
Prestação de Serviços	922.932,05	888.226,07
Mensalidades	851.416,72	820.548,80
Creches	61.755,93	57.452,33
Jardim Infância	65.413,22	43.408,74
CATL	48.935,55	45.063,46
CFA - Música	15.983,72	14.181,37
CFA - Dança	10.158,40	9.379,10
DGESTE	459.880,00	509.239,00
Ginástica	17.815,74	18.175,80
Judo	6.513,00	5.187,00
Natação	156.513,66	104.276,50
AEC	7.632,00	13.032,00
Arte Senior	815,50	1.153,50
Quotizações	9.282,60	9.744,45
Quotas	8.723,35	9.345,15
Joia	559,25	399,30
Bar	62.232,73	57.932,82
TOTAL	923.586,67	895.260,52

14. Subsídio à exploração

Uma Instituição deve divulgar:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas	272.239,80	245.467,60
IPSS	211.539,48	208.275,92
Creches	108.571,44	104.381,67
Jardins de Infância	81.680,04	83.471,01
CATL	21.288,00	20.423,24
IEFP	6.119,33	377,28
INATEL		250,00
Município de Tomar	39.455,00	34.626,60
DGArtes	15.125,99	143,24
Junta de Freguesia		350,00
Subsídios de outras entidades	1.463,36	102,60
Federações e Associações	1.463,36	102,60
Eventos	27.796,08	1.341,96
TOTAL	301.499,24	245.467,60

15. Outros Rendimentos e Ganhos

Uma Instituição deve divulgar:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2017	2016
Rendimentos suplementares	42.844,28	2.272,96
Serviços sociais (ex. transporte e eq.)	8.206,47	769,66
Aluguer Equipamento	150,00	50,00
Outros Rendimentos suplementares	93,84	1.187,47
Viaturas	27.653,44	
Fotocópias	4.581,49	265,83
Bar	2.159,04	
Descontos de pronto pagamento obtido		1,03
Ganhos em inventários		13,48
Outros	19.568,29	25.809,72
Correções período anteriores	39,10	
Imputação de subs. investimento	7.594,57	7.594,57
Donativos	11.934,62	18.215,15
TOTAL	62.412,57	28.097,19

16. Outros Gastos e perdas

Uma Instituição deve divulgar:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2017	2016
Quotizações	644,31	345,04
Inscrições	125,00	82,50
Eventos		23.464,58
TOTAL	769,31	23.892,12

17. Juros e Gastos similares suportados

Uma Instituição deve divulgar:

JUROS E GASTOS SIMILARES	2017	2016
Juros suportados	13.768,52	13.047,45
Empréstimos Bancários	10.474,45	10.820,66
Conta Cauçionada	3.294,07	2.226,79
Outros gastos de financiamento	4.072,89	2.951,06
Serviços Bancários e comissões	2.870,13	1.411,06
Multibanco	1.202,76	1.540,00
TOTAL	17.841,41	15.998,51